

## **Produção de Sentidos de Mães Sociais em Casas Lares: um Estudo de Caso: Contribuição Teórica**

**Dilani Silveira Bassan, Luciele Nardi Comunello  
e Caroline Ribeiro de Melo**

### **Resumo**

Casas Lares são unidades residenciais de acolhimento, que fazem parte das políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes. Neste cenário, mães sociais são agentes centrais. Considerando sua importância na implementação dessa política pública, este estudo teve como objetivo investigar a produção de sentidos de mães sociais acerca do seu cotidiano e identificar estratégias de enfrentamento ao lidarem com os acolhidos. Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, com perspectiva teórico-metodológica da produção de sentidos. Tendo sido desenvolvida em uma aldeia de casas lares, trata-se de um estudo de caso. A coleta de dados se deu através de grupos focais e entrevistas semiestruturadas. A análise de dados se deu através de mapas dialógicos. Os sentidos produzidos pelas mães sociais estiveram relacionados às motivações e escolha da profissão; a rotina na casa lar; o tornar-se mãe social e as habilidades requeridas; as emoções e sentimentos despertados pelo trabalho e, por fim, o modo como são afetadas pelas experiências dos acolhidos.

### **Palavras-chave**

Mães sociais; Produção de Sentidos; Acolhimento institucional.

**Abstract**

Group Homes (Casas Lares) are residential units, which are part of the public policies turned to integral protection of children and teenagers. In this scenario, social mothers are central agents. Considering their importance in the implementation of this public policy, this study aimed to investigate the production of meanings of social mothers about their daily lives and to identify coping strategies when dealing with those housed. This research has a qualitative approach, with a theoretical and methodological perspective of the Production of Meanings. Having been developed in a home village, it is a case study. Data collection was made through Focus Groups and semi-structured interviews. Data analysis was done through dialogic maps. The meanings produced by social mothers were related to: motivations and choice of profession; routine at home; becoming a social mother and required skills; emotions and feelings triggered by work and, finally, the way they are affected by children and teenager's experiences.

**Keyword**

Social Mothers. Meaning Production. Childcare Institutions.

**INTRODUÇÃO**

O final dos anos 1980 e início dos 1990 foram bastante definidores no que diz respeito à construção da infância e adolescência em nossa sociedade, configurando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Alguns marcos foram importantes, tais como a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), que dispõe sobre a lógica da proteção integral à população infanto-juvenil. A doutrina da proteção integral a esse segmento da população já aparecia, anteriormente, em nossa Constituição Federal (CF) de 1988, no artigo 227, contrapondo-se à então vigente doutrina da situação irregular presente no Código de Menores (1979). O principal marco dessa conquista, contudo, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que define a infância e adolescência como condição peculiar de vulnerabilidade, requerendo a proteção da família, da sociedade e do Estado. Surgem da responsabilidade do Estado, na garantia da proteção das condições de desenvolvimento de crianças e adolescentes, as políticas públicas atuantes na promoção e defesa dos seus direitos.

Em seu Art. 19, alterado pela Lei 13.257/2016, que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância, está o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e a garantia de seu desenvolvimento integral, bem como as disposições sobre o sistema de acolhimento. Estudos na área das políticas públicas voltadas a este público, indicam que, apesar do avanço obtido, ainda existem muitas lacunas em sua implementação, comprometendo a garantia desses direitos (Farinelli; Pierini, 2016). A partir da abordagem da produção de sentidos, inserida no movimento do Construcionismo Social, apostamos que

uma forma de preencher as lacunas relativas à implementação de políticas públicas trata-se de compreender os sentidos produzidos por agentes diretamente envolvidos na produção cotidiana dessas políticas de acolhimento, cuidado e promoção de desenvolvimento integral do sujeito.

Casas lares são unidades residenciais de acolhimento. Elas têm como objetivo promover a convivência familiar e comunitária em um ambiente que forneça um desenvolvimento integral dos sujeitos. No cenário das casas lares, há a presença de agentes sociais centrais no processo de acolhimento – as mães sociais – função regulamentada pela Lei 7.644/1987.

Considerando o acima exposto, este estudo tem como objetivo investigar a produção de sentidos de mães sociais com relação aos seus desafios no trabalho junto ao sistema de casas lares na região leste do Rio Grande do Sul, bem como identificar as estratégias de enfrentamento para lidarem com esses desafios. Compreende-se que a produção de sentidos dessas agentes sociais, diretamente envolvidas com o cotidiano e implementação de práticas vinculadas com as políticas de proteção integral da infância e adolescência, constitui-se um caminho fértil para avaliar a sua implementação e garantir direitos a um ambiente saudável e promotor de desenvolvimento integral. Ademais, a relevância social em abordar a produção de sentidos de mães sociais se dá pelo fato de essas trabalhadoras serem pouco visibilizadas e o tema se encontrar pouco presente na literatura científica. Em uma rápida busca na plataforma SciELO, pelo termo “mães sociais”, encontrou-se cinco artigos, produzidos no período de 2008 a 2018, nem todos envolvendo pesquisa de campo. Além disso, é sabido que a relação estabelecida entre as mães sociais com as crianças e adolescentes acolhidos é de extrema importância para o seu desenvolvimento, elemento que igualmente confere relevância a este estudo.

As autoras deste estudo reconhecem que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), junto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), buscam introduzir a nomenclatura de “educador/cuidador” para os responsáveis pelas unidades casas lares (CNAS, 2009). Apesar disso, optou-se por manter a terminologia utilizada na aldeia pesquisada, garantindo a fidelidade ao campo de pesquisa, na compreensão de que isso também nos fornece dados para refletir acerca dos paradigmas vigentes no cotidiano dos agentes envolvidos.

Autores como Nogueira e Costa (2005b) abordam questões recorrentes no dia a dia de uma instituição de acolhimento, tais como o cuidado mínimo que deveria ser ofertado a cada um dos acolhidos e que acaba sendo prejudicado por diversos motivos. Um deles é o fato de as mães sociais serem responsáveis por muitas crianças, e terem que dirigir, por vezes, seu olhar ao coletivo, impossibilitando o atendimento imediato de necessidades individuais, o que gera uma condição de cuidados insatisfatória. Assim, pode-se considerar a importância do papel das mães sociais no desenvolvimento das crianças e adolescentes sob os seus cuidados, em um contexto não favorável a isso, como um dos motivos pelos quais este trabalho se justifica, ao problematizar os sentidos dados pelas mães sociais aos desafios do seu trabalho.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### CASAS LARES E O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO

Com relação ao papel das mães sociais nas casas lares dentro da instituição de acolhimento, a Lei nº 7.644/1987, art. 1º, propõe que: “as instituições sem finalidade lucrativa [...] utilizarão mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social” (Brasil, 1987, não paginado).

Quando nos referimos a casas lares, nos referimos a instituições não governamentais, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, como dispõe a referida lei, art. 15: “As casas-lares e as aldeias assistenciais serão mantidas exclusivamente com rendas próprias, doações, legados, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas, vedada a aplicação em outras atividades que não sejam de seus objetivos” (Brasil, 1987, não paginado).

Essas leis foram escritas antes do ECA e, portanto, utilizam uma linguagem já superada, como o termo “menor”. As casas lares são, assim, caracterizadas por uma residência sob responsabilidade de uma mãe social e que acolha no máximo dez crianças e/ou adolescentes.

Segundo Santos (2013), o acolhimento é uma medida de proteção que acontece quando os direitos da criança ou adolescente foram violados. Trata-se de uma medida excepcional e ocorre quando há indícios de prejuízo psicológico e/ou físico e/ou social. Enquanto a criança ou adolescente encontra-se acolhido, possui o direito de manter contato com a família de origem. Deve ser prioridade da instituição de acolhimento preservar os vínculos familiares, pois são importantes para o desenvolvimento da criança e adolescente. Atualmente, essa medida protetiva deve ser de no máximo dois anos, exceto quando houver necessidade de um período maior (Santos, 2013).

Orionte e Souza (2005) trazem que a família é considerada o ambiente em que prioritariamente deveria nutrir relações saudáveis. Entretanto, muitas vezes nesse ambiente ocorrem situações de violência, abuso, desamparo que fazem desse ambiente não propício para um sujeito em formação, que necessita de cuidados e condições para o seu desenvolvimento integral. Cada criança e/ou adolescente em situação de acolhimento foi afastado de sua família de origem, o que se configura como situação de vulnerabilidade, que pode gerar sofrimento e prejuízo psíquico, motivo pelo qual se faz necessário um considerável investimento com essa criança. Para que a mãe social consiga atuar na promoção de desenvolvimento integral para esses sujeitos, é necessário investimento de tempo, atenção, amor e de dedicação, vínculos saudáveis e estáveis (Nogueira; Costa, 2005a).

Assim, é fundamental que as crianças e/ou adolescentes tenham experiências positivas na instituição em que estão acolhidas. Através do estabelecimento de relações de segurança, apoio, afetividade, amor, atenção e, principalmente, de um sentimento de proteção e pertencimento. Assim será possível proporcionar possibilidades de enfrentamento e ressignificação de sua história de vida (Hecht; Silva, 2009).

## MÃES SOCIAIS E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO

A profissão de mãe social surgiu na Áustria, em 1949, após a II Guerra Mundial, através de aldeias criadas para manter crianças órfãs aos cuidados de uma mulher. Seus deveres eram: proporcionar um ambiente acolhedor, em que as crianças pudessem sentir-se seguras e amadas. A partir de 1967, esse modelo de casa lar foi reconhecido no Brasil, em virtude da abertura de uma aldeia infantil em Porto Alegre-RS e logo após, em 1987, vigorou a Lei 7.644/1987, a qual dispõe normas e regulamenta a profissão das mães sociais (Tomás; Vectore, 2012).

De acordo com Nogueira e Costa (2005b), o papel da mãe social é fundamental para a realização dos aspectos supracitados, visto seu papel estruturante no desenvolvimento da criança e/ou adolescente em acolhimento. Em contrapartida, as autoras trazem que, por carência de pesquisas nessa área, pouco se pode afirmar sobre a relação estabelecida entre a mãe social e o acolhido e de quanto essa figura, representada como “mãe”, interfere na construção da criança e/ou adolescente. Ressalta-se, ainda, que as mães sociais devem ser consideradas como profissionais responsáveis por proporcionar uma vivência mais estável, através do cuidado e qualidade de vida, tanto psíquica quanto social. Essa busca de ampliação do conceito de mãe/pai social está explícita no Manual de Orientações para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes anteriormente mencionados.

Moré e Sperancetta (2010), acreditam que o pai social também exerce um papel importante ao oferecer um ambiente mais próximo do familiar, de apoio e vínculos afetivos, servindo como um modelo. A figura do pai social é introduzida pelo Projeto de Lei da Câmara 98/2009, que define como “pai social” aquele agente que é responsável pela assistência à criança ou adolescente em situação de acolhimento dentro do sistema de casa-lar, ao lado da “mãe social”.

As autoras identificam a importância do papel dos “pais sociais”, entretanto, é sobre a mãe social que recai a maior parte das expectativas, tanto tacitamente, quanto formalmente, por meio da lei, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cadastrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), entre outras, em que encontramos referência somente à “mãe social”. Isso, por um lado, pode corroborar a ausência da figura paterna tão recorrente em contextos de vulnerabilidade (Zappe; Dias, 2012).

Nogueira e Costa (2005b) sugerem que é fundamental a capacitação das mães sociais, para que possam propiciar um ambiente adequado e preocupado com a qualidade de vida e desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Sem desmerecer a responsabilidade que essa função representa e, tanto por isso, é que essas mães sociais necessitam ser escutadas em seus anseios, dúvidas, medos e ansiedades, quanto à sua função, o que fornece rico material para a reflexão sobre a implementação dessas estratégias voltadas à proteção integral das crianças e adolescentes.

Teixeira e Villachan-Lyra (2015) apresentam a problematização de sentidos produzidos por mães sociais, principalmente no que diz respeito ao processo de desligamento das crianças que estiveram em acolhimento por tempo prolongado. Utilizando-se da mesma abordagem teórico-metodológica aqui proposta, os autores apresentam os sentidos construídos pelas

mães sociais, que alternam entre sentimentos maternos e expectativas pessimistas quanto ao futuro dos acolhidos. Os autores pontuam nesta dinâmica a contradição da incerteza e do afeto como marcas na vivência dessas profissionais.

Casagrande (2013), trata da profissão da mãe social como uma atribuição “materna”. É relevante citar que essas mulheres lidam com as adversidades de cada criança e/ou adolescente diariamente e que, via de regra, não possuem uma formação apropriada. Segundo a autora, além de ter que administrar uma casa com sujeitos cheios de inseguranças e instáveis, a mãe social poderá ainda ter que exercer também a função paterna. A mãe social muitas vezes assume essa função (paterna), em muitos casos relacionada às privações que os acolhidos vivenciaram em suas histórias, em que a figura paterna é ausente em suas vidas.

É possível que ao escolher essa profissão tão abrangente que exige múltiplas habilidades, por vezes essa mulher renuncie a aspectos considerados importantes de sua vida pessoal, tais como o convívio familiar ou a possibilidade de acompanhar de perto, de maneira mais dedicada, o desenvolvimento de seus filhos biológicos. Não raro, os filhos biológicos de uma mãe social podem vir a ter seus cuidados terceirizados, em virtude dessa mãe possuir a tarefa de proporcionar um ambiente saudável e de estabelecer relações estáveis com os acolhidos. Cria-se o paradoxo no momento em que essas podem não conseguir estabelecer essas condições aos seus próprios filhos biológicos (Casagrande, 2013).

Tomás e Vectore (2012) reforçam o que anteriormente foi mencionado, a respeito da importância de possibilitar espaços de reflexão sobre ser uma mãe social, considerando também a história de vida de cada mãe e principalmente o seu olhar sobre essa vivência. Além disso, também uma formação, treinamento ou acompanhamento com as mães sociais, não com a intenção de ressaltar somente seus deveres, mas de reconhecer e valorizar suas atividades e a importância de seu papel. Conforme Oliveira e Uziel (2016), o treinamento é essencial, por possibilitar que sejam identificadas as condições de trabalho que são oferecidas pela instituição às mães sociais, com o intuito de analisar a estrutura ou o suporte que a mãe social tem a seu dispor. Tendo como objetivo principal, o de conseguir oferecer um apoio de qualidade e funcional ao acolhido, em prol de uma postura ética e de respeito para com a criança e/ou adolescente. Dentro disso, se evidencia a importância de identificar os modos de lidar com as emoções despertadas, bem como os recursos para lidar com essas emoções. Este cenário reflete os desafios e os recursos da implementação de Políticas Públicas voltadas à Proteção Integral, nos espaços em que essas Políticas ganham vida.

## PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Por constituir uma perspectiva teórico-metodológica e, mais do que isso, uma postura frente os processos de construção do conhecimento, a produção de sentidos, dentro do Movimento do Construcionismo Social, merece uma seção na fundamentação teórica deste trabalho. O Movimento do Construcionismo Social nos apresenta uma reação à ciência moderna em sua epistemologia realista, para a qual a ciência é a representação fiel da realidade. Para este paradigma clássico, o método de pesquisa é um caminho seguro para se chegar a um conhecimento

fidedigno a respeito da realidade que está dada e pode nos conduzir a leis gerais a respeito dos fenômenos sociais. Contudo, o Construcionismo Social nos propõe a compreensão de que as realidades (múltiplas) são construídas em/nossas práticas cotidianas (Spink; Medrado, Mello, 2014), constituindo-se uma teoria social do conhecimento. A partir desse movimento, podemos igualmente compreender a ciência como uma prática social como outra qualquer. Conforme Spink (2010), compreender o conhecimento – e a realidade – como uma construção social implica compreender que tanto sujeito quanto objeto são socialmente produzidos.

Spink (2010) traz uma virada metodológica importante dentro da proposta construcionista, com relação ao abandono da “retórica da verdade”, ou seja, da legitimação do conhecimento científico em contraposição ao senso comum, como se o primeiro fosse uma espécie de “verdade transcendental”. Em contraposição, adota a verdade das nossas concepções, acordadas e construídas socialmente no cenário das relações interpessoais, intersubjetivas, de nossas práticas cotidianas, acordos sociais e instituições. Dentro disso, o sentido é igualmente socialmente construído, trata-se de um empreendimento coletivo e interativo – historicamente datado, localizado, situado –, por meio do qual construímos, mantemos ou transformamos os termos a partir dos quais compreendemos e lidamos com os fenômenos ao nosso redor. Não existe não produzir sentidos, a todo o tempo os estamos produzindo, envolvidos em interações interpessoais e intersubjetivas (Spink, 2010).

Trabalhar com a produção de sentidos também significa, para o pesquisador, assumir um posicionamento político de uma estratégia de pesquisa que visa produzir conhecimento através do empoderamento de discursos periféricos e da transformação de sentidos hegemônicos. No caso aqui apresentado, compreendemos que os sentidos produzidos pelas mães sociais a partir e em suas práticas cotidianas compõem a construção das políticas públicas, no momento em que constituem um corpo de conhecimento que dá vida a elas no processo de sua implementação.

## **MÉTODO**

### **DELINEAMENTO**

Esta pesquisa constitui-se em um estudo qualitativo, focado na profundidade acerca dos sentidos produzidos por mães sociais sobre seu contexto de trabalho. Trata-se de um estudo de caso por ter sido realizado em uma aldeia de casas lares situada na região leste do Rio Grande do Sul. A aldeia pesquisada tem nove casas lares, localizadas em dois municípios da região leste do estado. Oito casas lares em um município e apenas uma em outro. Todas as mães sociais da aldeia participaram da pesquisa, totalizando nove participantes – mães sociais.

### **COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

A coleta de dados foi realizada, primeiramente, com dois grupos focais, seguidos de uma entrevista semiestruturada com cada mãe social. Os grupos focais e entrevistas foram

gravados, transcritos e posteriormente analisados, de forma que as categorias de análise surgiram *a posteriori*. Para esta análise de dados foram utilizados os mapas de sentidos, propostos pela produção de sentidos. O processo de análise no contexto da produção de sentidos envolve a sensibilidade do pesquisador em um trabalho artesanal de captar os sentidos trazidos pelos seus interlocutores a partir da análise das interações, ou interanimação dialógica (Spink, 2010). A análise, portanto, implica a capacidade de compreender e mapear os elos da cadeia de comunicação, levando em consideração todo o contexto e fluxo do diálogo, uma vez que “só entendemos o sentido na medida que incorporamos na análise esse contexto mais amplo de perguntas, respostas e intervenções” (p. 29). Assim, mais do que confrontar os sentidos com teorias, buscou-se a análise dos sentidos presentes nos diálogos travados, organizando a partir dessa análise uma série de categorias emergentes – elas mesmas o fruto do processo analítico da pesquisa. Os mapas permitem a definição das temáticas de modo que organizar os conteúdos dos diálogos já é o processo de interpretação e análise (Spink, 2010).

## ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo foi realizado em conformidade com as resoluções que regulamentam a pesquisa com seres humanos: 466/2012 (CNS, 2012) e 510/2016 (CNS, 2016). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat). Para a entrevista e os grupos focais, os participantes deram seu consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme já descrito na parte metodológica, o processo de análise da coleta de dados evidenciou as categorias criadas *a posteriori* apresentadas a seguir:

### A ESCOLHA DA PROFISSÃO E A CHEGADA NA CASA LAR

Frequentemente, a questão da escolha por esta profissão ou a forma como chegaram à casa lar é associada à história de vida pessoal e experiências pregressas de cuidado de crianças no contexto familiar. Ainda, pode estar relacionada a uma predestinação, como quando enunciam que: “*então eu acho que eu sempre fui mãe social. [...] Eu sempre digo que eu nasci pra isso*”, ou ainda “*Digamos que não... foi uma escolha, veio até nós né, pelo menos veio até mim...*”.

As mães sociais relatam frequentemente que a razão de exercerem essa profissão, de conseguirem lidar com os desafios cotidianos, manejar conflitos, em muitos momentos é advinda de uma “força maior”, o que aparece ligado à noção de predestinação relatada. Essa força é recurso, motivação e aparece relacionada à sua prática na função de mãe social: “*...não é por causa mim, é por causa de Deus, graças a Deus [...] não só eu é Deus, mas se Deus não me coloca no caminho [...], é essa coisa que Deus faz com a gente, mães, de nos dá, porque é Deus, porque tu não*

*consegue, como é que tu vai consegui sozinha, [...] consegui fazê tudo isso, é Deus que te motiva de manhã a levantar, faz uma comida gostosa, um lanche, a dá um abraço, a dá um chazinho (...)* Assim, onde muitas vezes não há um amparo ou suporte técnico/institucional para essas profissionais, é a sua religiosidade que toma o lugar e confere recursos para que as mães sociais consigam lidar com os desafios do cotidiano.

Trazem que “*Deus capacita*” elas a serem mães sociais, relatam que “*vem com um propósito*”, que exercem essa profissão como uma “*passagem*” e que “*não é antes nem depois, é no momento de Deus, na hora certa*”. Citando que há um momento certo de sua chegada e de partida da casa lar e afirmando que “*não é coincidência, é Jesuscência, é Deus na causa*”. De certo modo, evocar a dimensão da religiosidade as auxilia a significar um cotidiano de dificuldades e adversidades, bem como a justificar sua permanência diante desses desafios. Em outro caso, a escolha da profissão aparece como uma forma de reparação em relação às possibilidades e recursos para o cuidado com seus filhos biológicos, como ‘S’ cita: “*se eu pudesse voltá no tempo, cuidá de novo, como eu cuida hoje dos meus, eu cuidaria dos meus biológicos, mas eu não pude cuidar, porque eu não pude voltá*”.

As mães sociais entrevistadas relatam que foi através de trabalho voluntário e de orações na igreja a qual a casa pertence, que as levaram a conhecer o lugar, iniciando em sua maioria, como mães substitutas, ou ainda através de pedido ou convite de pessoas próximas: “*nós ajudávamos a esposa do Pastor [...], a montar as casas, limpar, ajuda, em tudo a gente ajudava, em oração, [...] depois a ‘N’ da primeira casa, uma das mães, ela me convidou pra ser substituta dela, [...], eu fui substituta 5 anos da ‘N’*”.

Em outro caso, a mãe social, ex-professora da educação infantil, desgastada com o trabalho, recebeu o convite da amiga da igreja. Começou ficando nos finais de semana, até pedir para ficar definitivamente, quando relata que uma profissional da equipe falou: “*Ai, eu acho que essa mulher quer ser acolhida duma vez, em vez de fazer acolhimento com as crianças, vamos ter que fazer acolhimento com ela*”. A mãe social remete, aqui, a uma característica da instituição como um todo – o acolhimento. Neste momento, ela decidiu por assumir integralmente a função de mãe social, passando também a reconhecer os desafios desta função: “*Lutas, sim, eu sempre morei sozinha, sempre tive minhas coisas tudo assim, no lugarzinho, cada coisa no seu lugar e ali a gente sabe que casa com bastante gente cada um tem a sua maneira de vivenciar sua vida, sua bagagem mas, tamo ali junto, juntos, às vezes nuns dias bons outros nem tantos, mas estamos juntos*”. A noção de “*estar junto*” aparece como um recurso, que auxilia a lidarem com os momentos ruins. Para algumas mães, a chegada na casa lar foi “*difícil*”, e a maioria relata que em virtude de ser um “*desafio*”, achavam que iriam “*correr*”. As dificuldades e desafios por vezes aparecem relacionadas à possibilidade de desistência do trabalho.

Se por um lado, em alguns casos, a inserção se deu em um curto espaço de tempo, em outros, a espera durou anos, conforme traz ‘N’: “*E daí a gente veio, a gente fez né, entrevista, tudo, daí na época foi a entrevista com a ‘X’, (...), é faz uns dez anos...*”.

Algumas mães sociais trazem que apesar da vontade de exercer essa profissão, muitas vezes era necessário lidar com a própria resistência sobre a predestinação que elas acreditavam sentir, conforme enuncia ‘P’, ao contar a história da construção da casa lar: “*... comecei a orar,*

*daí foi entrando casais, foram fazendo a primeira casa, a segunda, foram fazendo né e orando né, pedindo porque eu queria, aquilo mexia comigo, que eu tinha que vim, pra cá...”. Para algumas delas, a inserção no lar era muito esperada, e após a chegada veio a tarefa de adaptar-se como mãe social, conforme relata ‘G’: “ Daí eu fui, daí nossa, foi assim, amor à primeira vista assim né [...] foi tudo muito assim [...] Muito intenso, foi tudo muito punk assim. Eu cheguei, chegando assim, então foi aquela prova de fogo né?! Fica ou não fica [...] no fim do ano eu tava assim, mais respirando assim, mais tranquila tudo, então foi, porque eu entrei assim. Tô até agora aí ...”. Assim como há mães sociais que observaram esse trabalho algum tempo antes de iniciar sua prática, por outro lado, há mães que nunca tiveram contato com essa realidade, conforme cita ‘M’: “eu nem sabia que existia essa profissão”.*

Diferentemente de outras profissões, uma mãe social não ingressa em sua atividade após uma preparação profissional, mas sim, em função de experiências familiares no cuidado com crianças ou ainda em função de um senso de predestinação, conforme relatado pelas mães. Esse senso de predestinação está presente ao significarem as dificuldades enfrentadas, bem como na justificativa de sua permanência diante dessas dificuldades. Diante da ausência de suporte ou amparo técnico, a religiosidade aparece como força para lidar com as adversidades, sendo um recurso ou estratégia para lidarem com o cotidiano de trabalho. Além da predestinação, outra motivação para o início do trabalho está associada ao desejo de reparação com relação às possibilidades de cuidado com os filhos biológicos. A relação com a igreja também aparece como porta de entrada, as formas de entrar também evidenciam a característica de acolhimento da instituição, tanto para as crianças e adolescentes quanto para as mães sociais.

## A ROTINA

As mães relatam uma rotina repleta de horários e falam de suas tarefas para que tudo funcione. Trazem que cada criança e adolescente tem sua rotina quanto a compromissos e é necessário muito “controle” para que tudo aconteça: “nenhum dia é igual ao outro”.

Nos momentos de tempo livre, as crianças e adolescentes tem a liberdade de escolher o que desejam. Uma das mães cita as opções de atividades que eles realizam: “depois que eles voltam da escola, é livre, uns olham comigo TV, outros vão jogar vôlei, tem a mesa de fla-flu, outros querem corrê um pouco [...] seis e meia, conforme tá o tempo, eu entro começo os banhos, vô direcionando os pequenos pro banho, [...] já desço com eles, já vô fazendo o lanche, um sanduíche, porque quando eles vem do colégio tem lanche...”.

Apesar da rotina ser descrita como cansativa, a recompensa recebida é a gratidão que os filhos sociais demonstram através de gestos de afeto: “o mais gratificante de tudo é os abraço, os carinho que a gente ganha, os bilhetinho no dia das mães, eles fazem bilhetinho no teu aniversário...”. Elas trazem que são esses gestos cotidianos que as motivam a continuar.

Diante dos desafios que se apresentam em seu cotidiano, uma das mães traz a importância das oportunidades de trocar experiências com outras mães sociais. Relata que esse tipo de relação faz falta e que pelo fato da casa lar que ela é responsável não ser em condomínio com

outras, ela não tem mais esse contato: “...porque ali é o grupo que todas pode falar, porque uma, que eu vô comenta da outra se eu passo pela mesma coisa né, então ali a gente se abria uma com a outra [...] uma passava a experiência da outra...”.

De certa forma, a rotina pode ser uma fonte de sobrecarga em virtude das diversas atividades que precisam dar conta. ‘S’ relata que teve em sua casa uma ajudante, a qual diz ter “sobrecarregado”, em virtude de que o contato/vínculo com as crianças estava sendo estabelecido quando os trabalhos da casa lar iniciaram. Complementa que atualmente seu ajudante, o pai social, é responsável por várias atividades, mas apresenta preocupação com a sobrecarga, algo que ela não pode deixar que aconteça: “os atendimentos todos, busca no colégio, dois leva, porque a van ainda não tá levando, ele vai no mercado pra mim às vezes, ele busca um exame, ele leva pra tira sangue, e ele ainda me ajuda a limpa a casa, eu organizo e ele limpa, e eu não posso sobrecarregá só ele...”.

Algumas mães sociais caracterizam um dia em que não há consultas, exames, atividades fora da casa, como “um dia normal”. Referem-se à intensa rotina de atividades que realizam e que são voltadas ao cuidado com a casa e com os filhos sociais, conforme cita ‘D’: “... levanto as 6h chamo quem eu tenho que chamar, se tem que ajuda, a gente ajuda, prepara o café, manda pra escola, pra curso, pro que eles tiver e vai cuidando da casa né, a casa é grande, daí tu vai cuidando da casa, faz o almoço, vai cuidando do horário de um, do outro né, se eles tem que sair e coisa, esse é um dia normal...”.

Outras mães sociais citam a rotina de maneira mais detalhada, demonstrando o cuidado desde a higiene das crianças e adolescentes ao acordar até o compromisso com os horários: “... eu me canso bastante, não é...é mentalmente, porque das 6h até aquela hora é só repetição...” e “Lavar roupa, estender, recolher roupa...todos tem horário certo, o remédio, não pode esquecer do remédio em hipótese nenhuma [...], e todos os dias, botou o tênis, e a meia? [...] é escovou os dentes? [...] então né, olha os dente, olha isso, olha aquilo, é bastante coisa, a mochila, olha os que a gente foi cobrada, os caderno, os bilhetes, as vez escapa, mas... mas meu Deus gente, a gente não é uma máquina [...], aí piolho, tem vez que vem cheio de piolho [...], é uniforme [...], e uniforme todos os dias, tá chovendo? Lave e seque, dê um jeito, tem que ter uniforme, tem que tá no horário certo, se um dia tu ratear, não botou o telefone, mas tem que tá lá no horário que o carro tá passando, sempre [...]”.

A rotina da instituição é relatada pelas mães, ora como sempre diversa, nunca igual, ora como repetição. Citam a organização como algo que faz parte de sua rotina: “...daí tu olha, esticou a cama? Ah foi mal, daí vai lá e estica a cama né, guardou o pijama? Ah, só pouquinho, ... guardei [...], todos os dias repetição, não interessa o tamanho...”. As mães reportam uma demanda considerável de atenção a qual os acolhidos exprimem com frequência, e apesar das orientações recebidas elas manejam as situações de outra forma: “... ô mãe me serve?, eu digo meu deus, mas tu tá muito..., ah mas é tão bom quando a senhora me serve, daí eu já pego, e digo então vamos lá e já sirvo tudo [...], ô mãe a segunda vez, daí eu digo, ah da segunda vez eu não vou servir, ah mãe por favor né [...] daí tu vai lá e serve de novo... um dia uma profissional me falou: mas tu não deve servir..., mas esse é o momento deles com a mãe..., obrigada mãe pela comida, valeu, sabe?! Entendeu? Esse é o momento que eles têm, essa hora a mãe é minha, tá entendendo, porque eles querem aquela tua dedicação naquele momento, e daí eu entendo os meus assim...”.

A maioria considera que há uma rotina com horários, mas que as atividades não são as mesmas todos os dias: “*Não, nunca, nunca, rotina, não faz parte da nossa vida...*” ou “*ninguém sofre de tédio aqui dentro...*” e ainda: “*... eu costume dizer que as mãe não podem se programar em nada né, dizer ah tal dia eu vou fazer isso e isso, não existe isso ...*” e relatam que para elas somente a comida pode ser programada, revelando uma rotina plena de atividades, mas caracterizada pela descontinuidade e dinâmica.

Na casa de transição, habitada pelos jovens que estão em preparação para a saída da instituição, a rotina é considerada “*diferente*” das demais casas, conforme citado por ‘R’: “*... é como se fosse uma república [...], eles não vivem como irmãos, eles se respeitam um ao outro, eles tem as suas tarefas, as suas atividades, as suas coisas ali, mas eles não vivem como família [...], cada um come no seu horário, quando quer, como quer e o que quer, eles aprenderam a se virar, a mãe ensinou e eles ali, eles vivenciam aquilo que eles aprenderam...*”. Há a forte presença da autogestão, autonomia e a migração de função da “mãe social”, passando a ser mais uma “orientadora”, alguém disponível para dar suporte aos jovens. Dentro da casa, cada um arca com suas responsabilidades, cada um tem suas atividades, há respeito e colaboração com as tarefas da casa, mas que “*eles se mandam, dentro da suas regras, eles se governam sozinhos*”.

A rotina nas casas lares é vista em sua complexidade, uma vez que cada criança ou adolescente possui a sua rotina e a cada dia há uma nova dinâmica. Há o reconhecimento das mais variadas atividades de recreação disponíveis. Além disso, a habilidade de exercer “controle” sobre essa rotina é por vezes vista como necessária para que tudo se mantenha em ordem. A rotina é descrita como cansativa, mas ao mesmo tempo compensadora. A gratificação reside no afeto recebido dos acolhidos, também relacionado à sua motivação em fazer o que fazem. Por vezes a rotina é descrita como “sobrecarga”, seja pela requisição da presença da mãe nas atividades cotidianas, seja pela quantidade de diferentes atividades. Diante disso, os pais sociais são apresentados como apoio, bem como a troca com outras mães é relatada como recurso diante da sobrecarga. Há uma importante diferenciação da casa de transição com relação às outras casas, uma vez que esta apresenta-se mais como república, em que seus membros atuam dentro de um sistema de autogestão e autonomia, o que transforma, na relação, o papel da mãe social, que passa a ser mais uma “orientadora”.

## TORNAR-SE MÃE SOCIAL

Alguns sentidos que as mães sociais atribuem à sua profissão colocam em foco os sentimentos mobilizados por sua prática, como são enunciados no seguinte trecho: “*...é um trabalho que eu amo [...] e é uma coisa que a gente faz [...] com amor, sabe? Uma coisa assim bem gratificante pra gente porque tem uns altos e baixos, mas o [que] mais pesa é os altos*”. As mães sociais descrevem uma demanda de atenção considerável, relatando, por vezes, não conseguir nem mesmo atender às suas necessidades básicas: “*...não tem como tomar um banho, eu tenho que ficar tomando banho e atendendo ele ao mesmo tempo...*”. Ao mesmo tempo que algumas mães sociais relatam seu trabalho muito mais como uma função materna, outras trazem questões sobre a profissão, enunciando dificuldades acerca do momento de desligamento/reintegração do acolhido, por determinação judicial: “*Aqui dentro pra fazer o nosso*

*trabalho, mas é aqui dentro. Nossa opinião, lá fora não importa nada, então isso sim, é uma revolta que eu tenho [...], falar, dizer que isso é fácil, eu também consigo, agora viver essa parte [...]. Não consigo não [...] fazer isso na maior naturalidade do mundo, como se fosse muito fácil [...] porque não existe isso...". 'D' traz uma reflexão sobre o estabelecimento do vínculo, importante para que o acolhimento proporcione as condições adequadas para um desenvolvimento integral, mas doloroso no momento do desligamento. A mãe se questiona e relata os impactos dessa situação: “eu vou, eu vou com menos sede ao pote. Claro, eu dou o meu melhor, mas então [...], não me peça pra mim ser mãe, mãe deles mesmo [...], se eles precisarem de mim, eu vou estar aqui, mas eu já vou mais com um pensamento assim, é só até ele ser teu [...] eu sei, eu tenho que entender que eles não são meus [...], eu tô aqui pra cuidar dele, vou dar o apoio, o amor que ele precisa mas vou evitar ter aquele apego...”.*

Os vínculos são construídos, porém com o desligamento dos acolhidos, seja por reintegração ou por completarem a maioria, a questão acerca do vínculo se torna ambígua – por um lado necessário, por outro, difícil, doloroso. Pois, assim como é necessário vincular para estabelecer uma relação positiva é preciso também deixar ir e saber lidar com essas situações: *“tu cuida, tu tá ali, tu se preocupa, tu dá amor, tu dá tudo pra criança, daí de repente vem a mãe, ah eu mudei viu, não bebo mais, então o juiz vai lá, ó o filho é teu de novo [...] daí eles vão com aquela esperança de ter uma família feliz, que a mãe mudou, que vai dar amor [...] chega lá, a gente sabe que não vai ser assim, só que, nós estamos aqui...” (D.)*

As mães sociais retratam seu trabalho como uma profissão que exige delas para com seus “filhos sociais”, colocando à luz os desafios emocionais, bem como a necessidade de respeitar limites: *“... dedicação, amor, paciência, carinho, orar junto, sabe aquela coisa...”; “... como é difícil nosso papel de mãe social? Que a gente tem um monte de criança, cada um com a sua característica, cada um com a sua individualidade e a gente precisa usar o coração de mãe e conseguir respeitar [...], saber lidar com cada um [...] dentro da sua individualidade [...], respeitando o limite deles e eles, respeitando o da gente...”. Sobre a questão do respeito à individualidade, as mães sociais sugerem que muitas atitudes que as crianças e adolescente têm são “reflexo” da “bagagem deles”, sendo necessário respeitar e não se “magoar”.*

Algumas mães trazem outra perspectiva sobre a situação das crianças em acolhimento: *“... a gente sabe que veio aqui pra ajudar essas crianças, pra ensinar, pra educar, pra que eles tenham uma qualidade de vida melhor...”, mas para que tudo isso aconteça “eles tem que querer”, evidenciando que para ter uma vida melhor depende de ambos, que as crianças e adolescentes precisam se sentir capazes e que isso traduz “uma forma de amar a si próprio”. Assim, enuncia-se a função de “mãe social” como uma função relacional, que se constrói na relação e corresponsabilidade entre a mãe social e seus acolhidos. É nessa relação que se constroem as percepções de si, tanto das crianças e adolescentes como da mãe social. Uma das mães sociais relata que por vezes existem altas expectativas que não podem ser cumpridas, e que muitas cobranças recaem sobre elas: *“... às vezes a expectativa é muito nos cobrada assim, que a gente tem que ser uma supermãe, uma supermulher né? [...] a gente tem que tá bem, a gente não pode se estressar, não pode gritar, então é tudo muito além da verdade, porque na teoria nesse teu papelzinho ali tu pode escrever o que tu quiser, mas viver ali dentro 24 horas [...], não funciona, não estamos lidando com máquinas [...]”.**

A colocação da mãe social leva a refletir sobre os sentidos atribuídos à profissão, e continua trazendo mais aspectos sobre como é ser mãe social na prática: “... *tem dias que eu não tô bem [...], eu também tenho os meus problemas [...], nós temos que ter uma consciência, mas também eles têm que entender muitas vezes a cobrança da sociedade enquanto mãe social eu digo a nível de, enquanto trabalho mãe social...*”. Relatam, ainda, que elas também precisam ser “*cuidadas*” e “*valorizadas*”, que na sociedade esse trabalho praticamente não é debatido e que a visão sobre essa profissão precisa ser “*mudada*”, evocando a necessidade de que sua função tenha visibilidade social. E, por fim, as mães sociais relatam que não existem os filhos sociais sem as mães sociais e vice-versa, pois se trata de um “*conjunto*” e completam: “*isso é ser mãe social*”, abordando mais uma vez a ideia de cocriação, esse conjunto é que faz a diferença.

Assim, o tornar-se mãe social passa não somente por habilidades profissionais, mas pela implicação do sujeito como um todo, com suas características, virtudes e defeitos. Este aspecto está relacionado a uma profissão que demanda atenção em tempo integral, impondo desafios emocionais e necessidade de impor limites, até mesmo à relação. A profissão é definida como um “*fazer com amor*”. Ao mesmo tempo em que o amor é evocado como elemento das práticas das mães sociais, associado à construção do vínculo, a relação de apego é vista como problemática ao terem que lidar com o desligamento institucional das crianças e adolescentes. Entre as habilidades requeridas estão o respeito à bagagem dos acolhidos, que muitas vezes se reflete em suas atitudes, bem como no manejo do vínculo em sua dupla dimensão – vínculo para a promoção de uma relação saudável versus a dificuldade de lidar com o desligamento. Tornar-se mãe social é algo que se constrói na relação, em conjunto, em que ambos os lados constroem e reconstróem noções de si. As mães sociais também enfatizam a falta de visibilidade e valorização desta profissão na sociedade.

## EMOÇÕES E SENTIMENTOS DESPERTADOS PELO TRABALHO

Diversas emoções e sentimentos são enunciados por uma das mães sociais, que decorrem das situações cotidianas da casa lar. Podemos citar alguns, tais como realização, raiva da família de origem, tristeza, motivação, entre outros. E a mesma experiência de trabalho que a leva a sentir esse misto de sentimentos é considerada um “*desafio muito grande, mas muito gratificante*”. O sentimento mais recorrente é a frustração: por achar que não deu conta de abarcar as necessidades dos filhos sociais.

Outra mãe social traz que “*...é bom a gente ser escutado...*”, pois considera que se abrir para partilhar suas experiências e formar novas estratégias para lidar com cada criança é necessário para desempenhar seu papel. Apesar de relatarem sentimentos que compensam os “*desconfortos*” para elas como pessoas, o exercício diário da profissão de ser mãe social é por vezes difícil e que se sentem “*chateadas*”, pois elas também têm “*sentimentos*” e um “*coração*”.

As mães abordam a ausência de descanso, por exercerem uma função que exige um trabalho “*24h por dia*”, nem mesmo em suas folgas, pois quando saem do lar é como se não conseguissem se desconectar, em virtude da preocupação com os filhos sociais. Neste contexto as mães sociais referem o apoio da equipe, auxílio que é prestado em um horário específico,

trazendo novamente a questão do quanto o trabalho de mãe social demanda dedicação: “... *É de domingo a domingo todo santo dia...*”. O cansaço associado à profissão aparece mais relacionado às exigências emocionais do trabalho: “... *Aí o que eu descansei, em uma hora de conversa eu me estressei pelo resto do mês.*”. Relatam que “*cansa o psicológico*”, outras mães enunciavam o mesmo sentido e dizem que “*não é físico, é mente*”.

Os relatos das mães sociais aparecem carregados de emoções e sentimentos - raiva, tristeza, frustração... - mas ao mesmo tempo, motivação, realização e gratificação. A sensação de sobrecarga advinda da percepção de ser um trabalho no qual não é possível descansar, se dá em função do envolvimento e das exigências emocionais inerentes a ele.

## RELAÇÃO COM OS FILHOS SOCIAIS

Quando falam sobre a importância do vínculo, as mães relatam seus esforços no sentido de construir uma relação positiva e pacífica, ou ainda, uma relação de confiança e acolhimento, em que buscam estar atentas às necessidades de cada um.

Uma das mães sociais refere a sensibilidade em perceber quando uma necessidade foi ou não atendida, relatando que eles deixam isso nítido. Mas também narra que não é uma tarefa fácil dar conta de tudo e que, assim como eles, em muitas ocasiões, a mãe social necessita de espaço: “...*porque eu percebo neles, que tão todos brincando feliz, gritando, correndo, quando tem um num canto, é porque eu não consegui naquele momento, e tem momento que eu não vou conseguir [...] que na hora até fico as vezes, sento lá num canto, [...] sento bem quietinha lá, e desopilo, e eles me veem e me respeitam porque eles sabem que eu preciso daquele tempinho também...*”.

Narram que mesmo após o desligamento da casa lar, algumas vezes o vínculo permanece, e que continuam chamando-as de mãe: “... *ainda mesmo assim, ‘Tô bem mãe’, sabe? Não é agora tia ou... eu achei que ele ia daí mudar, o jeito de falar, mas não, ‘Tô bem mãe, como tu tá mãe?’*”.

As mães sociais qualificam suas relações com seus filhos sociais como “boa” e dizem ser “*um vínculo de pai e mãe*”. Observam que cada criança tem seu jeito, e que “*eles tão vinculados*”, que a família dos pais sociais “*é a deles também*”, pois os “filhos sociais” “*se sentem parte*”.

Algumas mães sociais relatam o tempo que demoram muitas vezes para criar esse vínculo, e trazem que leva em média de 4 meses a 2 anos: “... *até que eles passaram a me ver com outros olhos, como uma pessoa que tava ali, que tava com eles, todos os dias...*”. Também mencionam que esse tempo é relativo e depende das experiências que essa criança ou adolescente já teve, sendo que a demora em se vincular pode ser uma forma de “*proteção*” dos filhos sociais, mas que é necessário “*respeitar o limite*”, pois “*cada um tem o seu*”.

Quando se trata de como lidar com as questões diárias e com os filhos sociais, a palavra de ordem é “*desafio*”, destacando-se a inconstância no que se refere ao comportamento dos acolhidos, a relação entre todos que habitam na casa lar, as emoções e a própria rotina. Respondendo à questão de como se lida com essa inconstância, a principal ferramenta

citada é: “*respeitar o tempo do outro*”, quando surge a “*agressividade*” e é preciso lidar com ela, a regra é a mesma, “*esperar o tempo do outro*”.

O cuidado com a comunicação com cada um dos filhos sociais é abordado, afinal, são diferentes faixas etárias, vivências e entendimentos, que precisam ser compreendidos e respeitados. Os cuidados são, por vezes, muito específicos para cada filho social. Sendo um número considerável de acolhidos para uma mãe social, elas afirmam que já faz parte de sua rotina e que já estão acostumadas a detectar. Mas ainda assim, há uma cobrança que vem da própria mãe social, e refere-se aos momentos em que não conseguem suprir as necessidades de todos. Lidar com cada um dos filhos sociais exige da mãe social muita atenção, observação e dedicação em entender como cada um deles “*funciona*”, para que possam se relacionar de maneira saudável e positiva, para que ela possa motivá-los e para que eles possam estabelecer relações de confiança a partir dessas vivências, mesmo após as que tiveram na família de origem. Dentro da questão da comunicação com os filhos, relatam que tentam “*lidar da melhor forma*”.

Ressaltam a importância e centralidade do vínculo com as crianças quando enunciam que: “*Se a gente consegue ter um vínculo com eles, aí o resto flui, mas até criar vínculo é difícil...*”, enunciando que o vínculo é uma ferramenta utilizada para lidar com os filhos sociais. E caracterizam seu trabalho como “*um trabalho de formiguinha*”, pois o resultado do cuidado por vezes não é imediato.

A compreensão de que o vínculo é importante às condições de desenvolvimento integral está presente e mobiliza o esforço das mães sociais em promover uma relação positiva, que envolva confiança e acolhimento. Parte disso inclui uma sensibilidade para reconhecerem as necessidades de cada um, estando atentas a elas. A construção do vínculo envolve, segundo o relato, o respeito aos diferentes tempos e limites. Esse respeito aos diferentes tempos e limites de cada um também parece ser a estratégia utilizada para lidar com as situações difíceis, os desafios relacionados à inconstância das relações, ao comportamento dos acolhidos. Nesses momentos, a construção do respeito às regras também é evocada como uma necessidade na mediação dos conflitos cotidianos. Essa mediação é facilitada pelo estabelecimento e fortalecimento dos vínculos. Se, por um lado, o vínculo também aparece associado às dificuldades com o desligamento das crianças e adolescentes, por outro lado, há os relatos de quando a relação de proximidade é mantida após o desligamento.

## SENTIDOS DADOS ÀS EXPERIÊNCIAS DOS FILHOS SOCIAIS

Quando o assunto é a experiência, a bagagem que cada filho social traz consigo, o relato das mães acerca da vontade de retornar à família de origem é algo que surge, e desperta reações emocionais nos filhos sociais. Uma das mães sociais relata suas experiências de contato com a bagagem que eles trazem logo quando entram na casa e compartilham de suas vivências: “*... tava tomando um café, ela disse ‘quer saber porque eu estou aqui?’. E eu ‘aham’. E quando ela me contou, aquele pão... não conseguia descer, eu tomei toda a xícara de café e ficou entalado aqui...*”.

Algumas mães sociais relatam o cuidado no que se refere às falas e comportamentos dos filhos sociais em certos momentos, lembrando que as atitudes são reflexo da bagagem destas crianças e/ou adolescentes: “...ele não queria perdê mais ninguém, então ele não queria se gruda em mim, então ele me rejeitou [...] são dores muito profundas da alma, eles tem dores muito profundas [...] querem volta pra mãe, eles querem volta, e a mãe não pode, e eles ficam parece que transferindo aquela culpa pra gente...”.

E quando são questionadas sobre o que sentem ao saber da história dos filhos sociais, muitas vezes através deles mesmos, elas relatam ficar “triste pela situação”, “às vezes assim é um sentimento muito estranho, ah, quando eles contam como [...], muito triste” ou ainda, relatam sentir “pena” e às vezes “raiva”.

Ao contatarem com essas experiências de perda e dor que caracterizam a situação de vulnerabilidade em que as crianças e/ou adolescentes se encontravam, a mãe social traz que “as vez eu me afeto”, e essa afetação de alguma forma faz com que as mães sociais compreendam o agir, pensar, reagir e até mesmo a lidar com a singularidade de cada um. Outras mães trazem um ponto de vista diferente sobre a maneira de lidar com as situações, das crianças e adolescentes, pois consideram que cada um tem sua história e que “a gente não pode vitimizar [...] eles se prevalecem disso”.

Algumas mães não consideram importante conhecer a história pregressa de vida das crianças e adolescentes, pois afirmam que “é o agora [...] daqui pra frente, o que passou lá trás é passado”; “às vezes tem crianças que a gente tem dar um olhar diferenciado mas tu não pode ficar presa ao passado [...] hoje eles têm um futuro”, pois consideram que “daqui a pouco nós ficamos tão presas com eles no passado que eles não conseguem viver o presente e não conseguem viver o futuro”. Ao relatar que é difícil “medir” o cuidado em não “vitimizar”, pois como mães sociais desejam que seus filhos sociais “alchem vôo” e auxiliam: “sonhar com eles, fazer eles ter sonhos”.

Com relação a como são afetadas pelas histórias pregressas dos acolhidos, algumas mães sociais relatam dificuldades em lidar com essas experiências, que evocam tristeza, pena, raiva e remetem às dores profundas vivenciadas pelos acolhidos. Por outro lado, entrar em contato com essas histórias as auxilia a compreenderem atitudes e comportamentos, bem como fornecem contexto para que elas possam lidar de forma adequada com cada um. Para outras mães sociais, as histórias e experiências pregressas não são importantes, defendendo que o que importa é auxiliarem a construir o futuro dessas crianças e adolescentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo investigar a produção de sentidos de mães sociais com relação aos seus desafios no trabalho em uma aldeia de casas lares, bem como identificar as estratégias de enfrentamento para lidar com sua prática diária. A metodologia utilizada nos permite refletir acerca da participação dos sentidos produzidos por essas agentes na efetivação de uma política pública voltada à proteção integral de crianças e adolescentes. Com relação ao seu ingresso na função, são evocadas experiências familiares no cuidado

com crianças ou ainda um senso de predestinação, que também está presente ao significarem as dificuldades enfrentadas, bem como na justificativa de permanecerem diante dessas dificuldades.

Diante da ausência de amparo técnico, a religiosidade aparece como força para lidar com as adversidades, sendo uma estratégia para lidarem com o cotidiano de trabalho, que pode estar relacionada ao fato de a igreja aparecer como porta de entrada para a atividade. Sua rotina é vista em sua complexidade, uma vez que cada criança ou adolescente possui a sua rotina, de forma que a cada dia há uma nova dinâmica. Há o reconhecimento das mais variadas e diversas atividades de recreação disponíveis às crianças e adolescentes. A rotina é descrita como cansativa, mas ao mesmo tempo compensadora, gratificante. Por vezes, é descrita como “sobrecarga”, com a qual lidam pedindo auxílio ao pai social ou buscando trocas com outras mães sociais. O tornar-se mãe social passa não somente por habilidades profissionais, mas implica o sujeito como um todo, sendo uma profissão que demanda atenção integral, impondo desafios emocionais e necessidade de impor limites, até mesmo à relação.

Entre as habilidades requeridas estão o respeito à bagagem das crianças e adolescentes, que muitas vezes se reflete em suas atitudes, bem como no vínculo, em sua dupla dimensão – vínculo para a promoção de uma relação saudável *versus* a dificuldade de lidar com o desligamento. Tornar-se mãe social é algo que se constrói em conjunto, há uma corresponsabilidade na construção dessa relação a partir da qual ambos os lados constroem e reconstróem noções de si.

Os relatos das mães sociais aparecem carregados de emoções e sentimentos - raiva, tristeza, frustração... – mas ao mesmo tempo, motivação, realização e gratificação. A sensação de sobrecarga advinda da percepção de um trabalho no qual não é possível descansar se dá em função do envolvimento e das exigências emocionais inerentes a ele.

A compreensão de que o vínculo é importante ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente está presente e mobiliza o esforço para promoverem uma relação positiva, de confiança e acolhimento. Parte disso diz respeito ao desenvolvimento de uma sensibilidade para reconhecerem as necessidades de cada um deles, estando atentas a elas. A construção do vínculo envolve o respeito aos diferentes tempos e limites de cada um, o que também parece ser a estratégia utilizada para lidar com as situações difíceis, os desafios relacionados à inconstância das relações, ao comportamento dos acolhidos e conflitos entre eles. Se, por um lado, o vínculo aparece associado às dificuldades com o desligamento das crianças e adolescentes, por outro lado, há os relatos em que essa relação de proximidade é mantida mesmo após o desligamento. Com relação ao modo como são afetadas pelas histórias progressas dos acolhidos, algumas mães sociais relatam terem dificuldades em lidar com essas histórias, que evocam tristeza, pena, raiva e remetem às dores profundas vivenciadas por essas crianças e adolescentes. Por outro lado, entrar em contato com essas histórias as auxilia a compreenderem algumas atitudes, bem como fornece contexto para lidarem de forma adequada com cada um. As histórias progressas não são consideradas importantes por algumas mães, pois o que importa a elas é auxiliarem a construir o futuro dessas crianças e adolescentes.

A partir dos resultados apresentados consideramos que o objetivo foi alcançado, uma vez que possibilitaram investigar diversos sentidos atribuídos à profissão: motivações e escolha da profissão; rotina na casa lar; tornar-se mãe social e as habilidades requeridas; emoções e sentimentos despertados e, por fim, o modo como são afetadas pelo histórico de vida dos acolhidos.

Considera-se que pesquisas que incluem o olhar da mãe social sobre o seu trabalho, os desafios encontrados no cotidiano com seus filhos sociais e os recursos que possuem para lidar com isso são de extrema relevância, pois contribuem para a avaliação e melhorias no processo de implementação de políticas públicas, dando visibilidade a carências de capacitação, necessidade de apoio e amparo técnico, entre outros. Um dos limites dessa pesquisa foi a impossibilidade de explorar todas as categorias que emergiram, sendo que sugere-se a realização de novos estudos sobre essa função, que nos dias atuais não é tratada como uma ocupação pelo CBO, mas que merece maior atenção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 7.644 de 18 de dezembro de 1987*. Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências. Presidência da República, Brasília, 18 dez. 1987.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CASAGRANDE, Luciana. *A atividade de mãe social no Brasil*. 29p. Artigo (Graduação) – Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Manual de Orientações aos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. Dispõe das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Resolução CNS 510/2016*. Brasília, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. Assegura os direitos e deveres aplicados à pesquisa com seres humanos. *Resolução nº 466*. Brasília, 2012.

FARINELLI, Carmen Cecília; PIERINI, Alexandre José. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. *O Social em questão*, ano 19, n. 35, 2016. p. 63-86.

HECHT, Bruna; SILVA, Rebeca. *Crianças institucionalizadas: A construção psíquica a partir da privação do vínculo materno*. 20p. Artigo (Graduação) – Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MORÉ, Carmen L. O. O.; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 519-528, dez. 2010.

NOGUEIRA, Paula C.; COSTA, Liana F.. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-48, dez. 2005a.

NOGUEIRA, Paula Cristina; COSTA, Liana Fortunato. Mãe social: profissão? função materna?. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 162-181, dez. 2005b.

OLIVEIRA, Daniela R. de; UZIEL, Anna Paula. Mãe social: a construção de um paradigma de cuidado materno nos espaços de acolhimento institucional. *Desidades*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 17-28, set. 2016.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicol. rev.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 29-46, jun. 2005.

SANTOS, Ana Maria A. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: Mudanças na história brasileira. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2009. Belo Horizonte. *Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. Belo Horizonte: [s.e.], 2013. p. 01-13.

SPINK, Mary Jane Paris. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito, MELLO, Ricardo P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, Mary Jane Paris, BRIGAGÃO, Jacqueline M., NASCIMENTO, Vanda Lúcia V. do, CORDEIRO, Mariana P. (org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n.1, 2015. p. 199-210.

TOMÁS, Débora Nogueira; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 576-587, mar. 2012.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 17, n. 3, p. 389-395, set/dez. 2012.